

O VÍRUS DO CAPITAL: atentado contra a alteridade educacional

Laura Silveira Santiago¹

Não pensávamos mais no *devir*. A pressa do cotidiano nos levou ao esquecimento das transformações do mundo. Acreditávamos que, graças à técnica imunológica e ao avanço científico, havíamos conquistado o conhecimento das leis universais que regem a natureza e, portanto, as épocas bacteriológica e viral teriam chegado ao fim. Entretanto, a pandemia da Covid-19 nos surpreendeu. Mudanças urgentes foram necessárias, como o *lockdown*, concretizando aquilo que, há tempos atrás, não se passava de uma hipótese, que é, nas palavras de Agamben (2020), ‘a difusão invasiva das tecnologias digitais’.

O *home office* é considerado o novo normal. O trabalho, a escola, a faculdade e até mesmo o social invadiram o espaço privado dos indivíduos – os lares. Não se pretende aqui discutir acerca das funcionalidades do modelo remoto, muito menos analisar as consequências para as relações líquidas que a perda do presencial causará. O ponto central, que aqui será debatido, diz respeito aos caminhos da educação diante do quadro social que se anuncia.

É fato que “o hipercapitalismo atual dissolve totalmente a existência humana numa rede de relações comerciais” (HAN, 2017, p. 127). A falsa ideia de liberdade e autorrealização pregada pelo neoliberalismo aliena a população. O indivíduo, que enganado pela política de meritocracia assim como pensamentos *coaching* (como *yes, we can*), acaba por explorar a si mesmo. Vivemos num ‘estado suicidário’, como dito por Paul Virilio. O engenho não pode parar (SAFATLE, 2020, p.5). A educação teve, portanto, que se reinventar.

As instituições educacionais adquiriram, então, o ensino remoto, que, para dar continuação às atividades, limitou o ato de aprendizagem numa tela de computador. A educação perde o propósito de construção conjunta de saberes passando à entrega pronta do conhecimento. Deleuze (1988) explicita que:

Nada aprendemos com aquele que nos diz: faça como eu. Nossos únicos mestres são aqueles que nos dizem “faça comigo” e que, em vez de nos propor gestos a serem reproduzidos, sabem emitir signos a serem desenvolvidos no heterogêneo. (...) Aprender é constituir esse espaço do encontro com signos. (p. 48-9)

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais, bem como graduanda em Psicologia pela Una. E-mail: lauras.santiago@hotmail.com

Vivemos a perda do aprendizado como encontro com signos dito por Deleuze, a perda do pensamento crítico de Max Horkheimer, a perda da liberdade e do afeto insistida por Paulo Freire. Está sendo imposta a educação atrelada a finalidades imediatistas, ou seja, a preocupação na transferência de saberes, o modelo reprodutivista, para a inserção do indivíduo ao mercado de trabalho.

Devemos, portanto, pensar sobre o sentido da educação. O que esta representa para os detentores do poder? O que é para o estudante? Ou para aqueles que não possuem seus direitos básicos garantidos? Qual é, então, o verdadeiro sentido da educação? Se formos pensar nesta como ferramenta para a construção da cidadania devemos revisar o modelo adotado. A educação neutra e conteudista das escolas atuais limitam o pensamento e impedem a formação de seres críticos. O que temos, no entanto, é a preparação para a alienação do sujeito no setor econômico, político e social.

Acredito não ser necessário aprofundar naquilo que se apresenta no ensino remoto; é clara a desigualdade quanto a acessibilidade a esse método, a ausência do diálogo nas aulas virtuais prevalecem tendo apenas o depósito de conteúdos pelo docente e, também, seguimos com a imposição de atividades avaliativas virtuais, limitando o pensamento dos discentes.

Se o ensino remoto adotado nesses tempos de pandemia é tão insatisfatório para o sentido de educação, qual o motivo de não ter ocorrido uma revolução dos pertencentes da área educacional? O filósofo Agamben, também perplexo com o cenário atual, faz o levantamento de dois pontos importantes:

1. Os professores que aceitam – como estão fazendo em massa – submeter-se à nova ditadura digital e manter seus cursos somente universitários que, no fim da década de 1920 e começo da década de 1930, juraram fidelidade ao regime fascista de Mussolini. Como aconteceu à época, é provável que, a cada mil docentes, apenas doze recusarão, mas certamente seus nomes serão lembrados ao lado daqueles doze que também se recusaram a fazer o juramento fascista.
2. Os estudantes que amam verdadeiramente o estudo deverão se recusar a se inscrever nas universidades assim transformadas e, como em sua origem, deverão se constituir em novas *universitates*. É somente no interior delas que, face à barbárie tecnológica, a fala do passado poderá permanecer viva, e é somente aí que pode nascer, se é que chegará a nascer, algo como uma nova cultura. (2020, p.4)

O fim da educação em seu sentido de inserção para a vida pública foi estabelecido. Se esta fosse a real essência da educação estaríamos vivenciando uma parada geral das escolas e uma revolta de toda comunidade acadêmica, assim como explicitado por Agamben, e não a instalação de um ensino remoto. Mas a fala de que ‘não há alternativas’ para este momento pandêmico prevalece.

A barbárie da educação é apenas um reflexo da dominação neoliberal. Para Byung-Chul Han “o argumento muito conhecido, segundo o qual não há outra alternativa, nada mais significa que o fim da política” (2017, p. 121). A ditadura do capital assumiu o trono. A

relação neste momento não é de culpabilização desses que dizem não haver outras maneiras de lidar com o estado atual, mas de consequência.

A crise humana vivenciada no Brasil foi impulsionada pela eleição de um governo com práticas anti-democráticas, idólatra ao sistema capitalista, à semelhança do que dizem Levitsky (2018, p.70-71) e Stiglitz (2002, p. 203-204). Como foi dito, apenas a consequência dessa escolha. A promessa frustrada do governo de restabelecer à nação os seus ‘anos de ouro’ estão sendo pagas com mais de cem mil mortes de brasileiros por Covid-19.

Destarte, lida-se constantemente com a morte do outro. A tomada de consciência repentina da nossa própria finitude foi urgente. Não há definições certas para a conjuntura de sentimentos e questões psíquicas que surgem neste instante. As pessoas ainda não ousam se expressar. O que, de fato, se sabe é a relação entre tempo e lucro que nos ‘sufoca’. Portanto, a negação da parada dos profissionais da educação é justificada na medida em que somos autoexplorados e enganados por esta nova ditadura.

Esta ditadura do capital, insinua um silogismo aristotélico, materializado nas seguintes premissas e conclusão: “A economia capitalista absolutiza a sobrevivência. Ela se nutre da ilusão de que mais capital gera mais vida, que gera mais capacidade para viver” (HAN, 2017, p.107). Não apontar àqueles participantes da comunidade educacional como culpados do fim da educação democrática é essencial, pois estes se imaginam como sujeitos livres e soberanos de si mesmos, mas não passam de *homo sacer* da própria existência.

Também não cabe o julgamento ao corpo estudantil por não “se recusar a se inscrever nas universidades assim transformadas” (AGAMBEN, 2020, p.4). Tão como os docentes, os discentes seguem alienados com a educação como inserção do sujeito ao mercado de trabalho. Para ambos a relação tempo-lucro prevalece.

A noção do sujeito como um ser biopsicossocial é de suma importância para compreendermos o momento atual em sua totalidade. O sentimento de alteridade juntamente à compreensão das influências em que o meio exerce para o desenvolvimento da vida humana privada e pública, são relevantes para a construção de uma sociedade democrática e ativa na vida política. Portanto, para pensarmos nos caminhos da educação, é obrigatório entender todo o cenário passado e atual. Nas palavras de Laureano,

[...] como dizia Pascal, “É impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como é impossível conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes.”. O pensamento pós-abissal exige que todo e parte sejam compreendidos conforme uma ecologia dos saberes, ou seja, mediante as mais diversas formas de compreensão. (2015, p.113)

As questões dadas anteriormente devem ser reformuladas, no entanto. Deve-se, então, em como a educação serve dentro da compreensão do todo e da parte? Quais os rumos da educação, já que seu sentido fundamental é a inserção do indivíduo na vida pública e não no mercado de trabalho? Como transformar as escolas em instituições que prezem pela liberdade do homem? Acrescenta-se a estas questões a fala de Stirner:

No entanto, onde encorajam o espírito de oposição em vez do espírito de submissão nutrido até o presente momento? Onde se formam indivíduos que criam e não indivíduos que aprendem? Onde o mestre se transforma em companheiro de trabalho e reconhece que o saber deve tornar-se Vontade? Onde está a instituição que se propõe por objetivo liberar o homem e não se limitar a cultivá-lo? Pois bem, ainda são poucos esses lugares, infelizmente! (STIRNER, 2001, pp. 77-78).

A reforma dos campos políticos e econômicos seria a melhor resposta e proposta de luta para a construção de uma educação e vida democrática. Todavia, essa tão sonhada liberdade está longe de ser adquirida.

A pandemia permitiu três questões centrais sobre a vida contemporânea. O primeiro ponto, deve-se ao entendimento de que o conhecimento filosófico permitiu o desenvolvimento do pensamento crítico e a busca constante por respostas racionais, com isso, as leis universais que regem a natureza foram compreendidas como capazes de serem conhecidas pela razão humana e, logo, dominadas pelo homem; entretanto, o *devoir* – movimento constante de transformações do mundo – não era algo levado em conta nos dias atuais. O avanço técnico-científico mostrou-se ainda insatisfatório para a conquista do homem sobre a natureza.

O segundo ponto que ficou claro nestes tempos de confinamento diz respeito a necessidade da tomada de consciência da população naquilo que é o dominante da vida humana atual. Não é apenas a saúde e a educação que está em barbárie, mas sim a vida política, pública e econômica. No ensaio de Pelbart, expõe-se que:

A epidemia em curso nos ensina de uma maneira irreversível: nós vivemos na catástrofe. A catástrofe não é para amanhã, como nos repetem nossos dirigentes para exigir de nós o que se chamam de “adaptações” (ganhar menos, trabalhar mais) ou para nos culpabilizar por nossos hábitos. Já chegamos nela. Desta vez, é um vírus que revela o desastre. Na realidade, é todo um sistema, social, político, econômico, moral, que está em crise profunda, que nos ‘sufoca’. (2020, p. 7)

Por último, esse período ressaltou a ausência do estado de cidadania, o que se percebe, no entanto, é a estadania. A formação do Estado brasileiro ocorre por ações que conferem responsabilidade ao desenvolvimento da nação não por conquistas sociais e democráticas, mas por necessidades de outros setores, facultando a estes uma ação paternalista.

O exercício de democracia é debilitado, pois não há a participação efetiva dos cidadãos. Não há conquistas do povo. Não há sentimento nacionalista. O que há no Brasil é uma imposição de direitos sociais entregues ao povo devido a demandas econômicas e/ou políticas.

A necessidade em pensarmos nos rumos da educação e em como formar futuros pedagogos para o combate desse cenário está posta. Não se pretende lutar contra um poder, pois o capitalismo continuará a avançar e, então, o neoliberalismo continuará a moldar-se a esse sistema, o que deve ser exposto é a ausência do poder (PELBART, 2020, p.7).

O tempo crítico que foi possibilitado com a pandemia nos proporcionou a visualização daquilo que já era. Só foi exposto. A barbárie da aliança que nos governa. Agora, os rumos do pós-pandêmico dependem da reflexão desses três pontos aqui citados: a importância da noção da incompletude humana e do *devoir*; o entendimento da toxicidade do regime autoritário que hoje é dominante; e, a urgente necessidade de formação do sentimento de cidadania.

Só com a consequência desses tópicos poderemos repensar os caminhos da educação. “Afim de contas, (...) como instituir uma nova organização social se as mentalidades dos indivíduos que a compuserem não forem também transformadas?” (GALLO, 2012, p.170). Caso haja uma ruptura desse cenário atual e a formação de pedagogos dispostos a lutar pelo desenvolvimento de escolas que visem uma educação crítica e libertadora, seriam possíveis as revoluções propostas por Agamben e poderíamos pensar em uma promoção de aprendizagem significativa e transformadora para a efetivação da essência de educação como formadora de uma sociedade crítica e democrática. Caso contrário, devemos nos preparar para um vírus maior. O vírus do capital.

Referências

AGAMBEN, Giordio. Réquiem para os estudantes. Tradução de Francisco Freitas. Disponível em: <https://n-ledicoes.org/082>. Acesso em: 08 set. 2020.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Tradução de Roberto Machado e Luiz B. Orlandi. São Paulo: Graal, 1988.

GALLO, Sílvio. Anarquismo e Educação: os desafios para uma pedagogia libertária hoje. **Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais**, n. 36, abril/2012, p.169-186.

GALLO, Sílvio. Apud Stirner. Anarquismo e Educação: os desafios para uma pedagogia libertária hoje. **Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais**, n. 36, abril/2012, p.173.

- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017. Título original: Müdigkeitsgesellschaft.
- LAUREANO, Delze dos Santos. **Direito das minorias: desafios epistemológicos**. Belo Horizonte: Initia Via, 2015, v.3.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Título original: How democracies die
- PELBART, Peter Pál. Espectros da catástrofe. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/134>. Acesso em: 08 set. 2020.
- SAFATLE, Vladimir. Bem vindo ao estado suicidário. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/004>. Acesso em: 08 set. 2020.
- STIGLITZ, Joseph E.. **A globalização e seu malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Futura, 2002.
- VINCI, Christian Fernando Ribeiro Guimarães. Entre o professor público e o pensador privado: a figura do mestre em Deleuze. **ETD- Educação Temática Digital**, v.20, n.4, out./dez.2018, p.1017-1035. Campinas, SP. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8650025/18674>. Acesso em: 08 set. 2020.